

ORÇAMENTO

Levantamento parcial das emendas parlamentares indica que maior parte dos recursos foram destinados à saúde pública

Entorno ganha R\$ 22 milhões

» DEBORAH HANA CARDOSO
» TAÍSA MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

Em vigor desde 2020, as emendas de relator-geral (RP9), também conhecidas como “Orçamento secreto”, jogaram causaram muita controvérsia sobre atuação de deputados e senadores no Congresso Nacional. A prática dos parlamentares motivou ações judiciais, que estão em análise no Supremo Tribunal Federal.

No Entorno do Distrito Federal, as emendas de relator também vêm sendo aplicadas. O **Correio** fez um levantamento baseado na prestação de contas ao Supremo Tribunal Federal (STF) realizada pelos parlamentares, após determinação da ministra Rosa Weber. Foram analisados os repasses de deputados eleitos pelo estado de Goiás que receberam as RP9 e destinaram aos municípios.

O resultado é parcial. Falta, na documentação enviada pelos parlamentares ao STF, uma padronização sobre a liberação das RP9. Muitos parlamentares deixaram de entregar os documentos requisitados pelo STF. Outros não foram claros ao declarar os valores, os anos nos quais foram aplicados ou as cidades de destino.

Entre os 17 deputados federais eleitos por Goiás, cinco não enviaram documentos declarando o uso das RP9. Mesmo entre os que enviaram, foram omitidas informações como o valor dos repasses, os municípios de destino e mesmo as áreas nas quais os recursos foram aplicados. Dos 513 deputados federais, 340 atenderam a determinação do Supremo.

De acordo com os dados disponíveis, os repasses ao Entorno totalizaram R\$ 22,2 milhões. Praticamente metade desse valor — R\$ 9,1 milhões — foi destinado para a área da Saúde. Ficaram em segundo lugar os pedidos para o item Desenvolvimento Regional, em particular para obras de pavimentação.

O **Correio** também consolidou a lista de deputados de Goiás que declararam ao STF a proposição de emendas. Os parlamentares que relataram maior número de pedidos são integrantes do PP e do PL, base aliada do governo Bolsonaro. Os deputados que se destacaram nesse critério são Adriano do Baldy (PP), Major Vitor Hugo (PL) e Magda Moffato (PL).

Os municípios que receberam os recursos da RP9 em 2021 foram: Abadiânia (R\$

400.000); Água Fria de Goiás (R\$ 250.000); Águas Lindas de Goiás (R\$ 3.380.000); Alexânia (R\$ 1.205.378); Cidade Ocidental (R\$ 2.886.509,54); Cocalzinho de Goiás (R\$ 2.059.392,87); Corumbá de Goiás (R\$ 900.000); Cristalina (R\$ 400.000); Formosa (R\$ 1.656.187); Luziânia (R\$ 200.000); Mimoso de Goiás (R\$ 200.000); Novo Gama (R\$ 1.230.000); Padre Bernardo (R\$ 400.000); Pirenópolis (R\$ 2.320.038); Planaltina (R\$ 2.393.460); Valparaíso de Goiás (R\$ 472.000); Vila Boa (R\$ 300.000); e Vila Propício (R\$ 1.600.000).

Declararam as emendas ao Supremo, os deputados Zacharias Calil (União-GO); Major Vitor Hugo (PL-GO); Magda Moffato (PL-GO); Glaustin da Fokus (PSC-GO); Francisco Jr (PSD-GO); Adriano do Baldy (PP-GO); Célio Silveira (MDB-GO) e Professor Alcides (PP-GO). A deputada Flávia Moraes (PDT-GO) declarou a utilização das emendas de relator, mas não comunicou valores ou os municípios beneficiados.

Os municípios que compõem a região têm aproximadamente 1 milhão de eleitores, contingente suficiente para eleger um deputado em pleito proporcional ou fazer peso nas majoritárias, como no caso do Senado.

Muitas vezes em situação precária, as prefeituras aprovam o envio de recursos federais, particularmente em momento de baixa arrecadação local. O prefeito do Novo Gama, Carlinhos do Mangão (PL), disse ao **Correio** não ver ilegalidade ou imoralidade nas emendas de relator-geral. “Até porque ela vem diretamente para conta da prefeitura”, afirmou. “Desde que tenha uma destinação correta e transparente, não tem porque isso incomodar. O que incomoda é um hospital sem recursos, sem medicamentos”, completou.

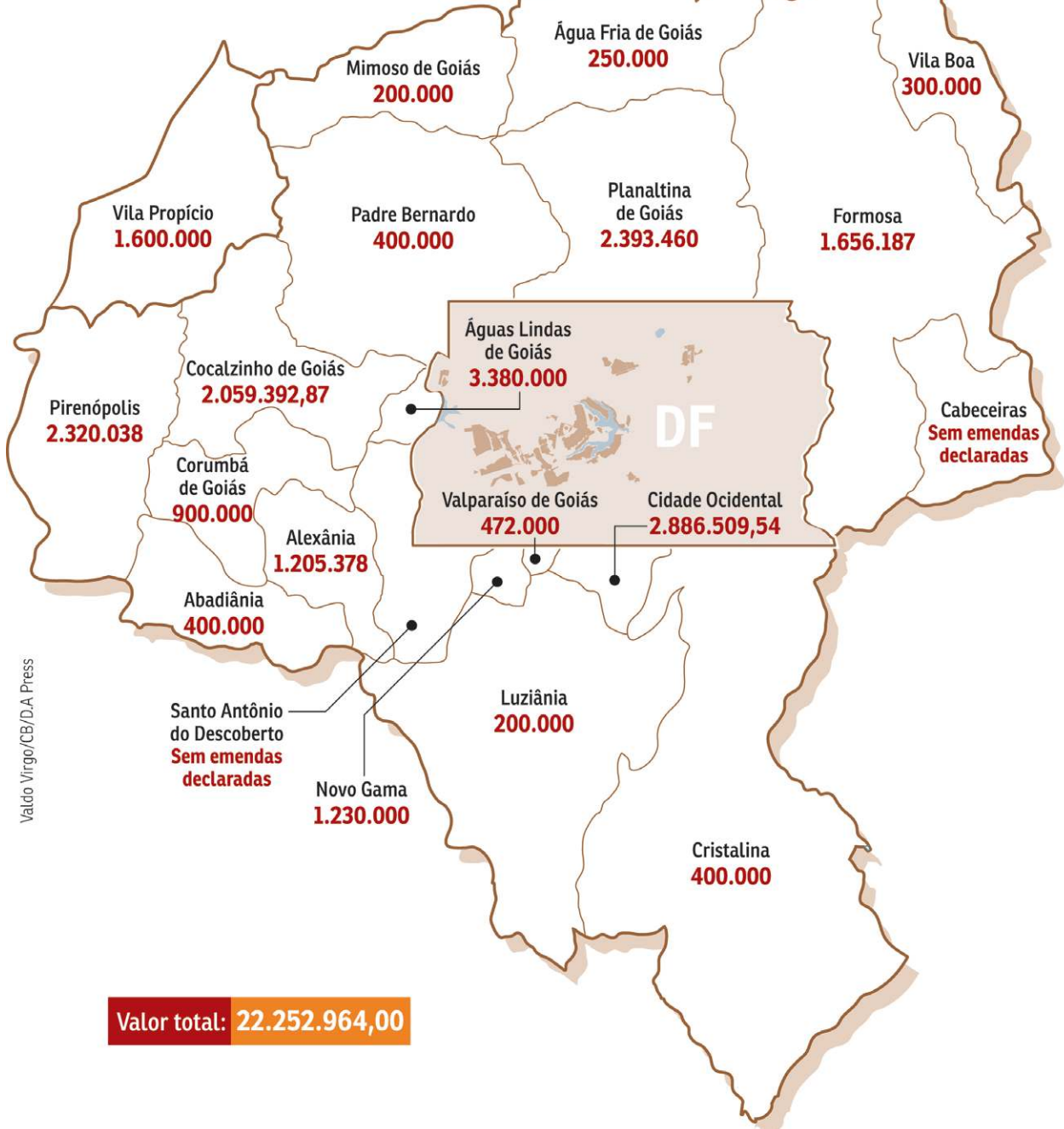
De acordo com o prefeito, um dos maiores problemas orçamentários dos municípios é a demora na destinação de emendas parlamentares. O tempo até a aplicação dos recursos no município pode passar de um ano. “Aí a empresa da licitação já desistiu, porque os preços já subiram. Eu acredito que essa emenda de relatoria veio justamente para poder sair desse gargalo, principalmente no momento de pandemia, que necessitou de uma resposta mais rápida”, afirma Carlinhos.

A reportagem entrou em contato também com a prefeitura da Cidade Ocidental, mas não obteve retorno.

O mapa das emendas

O **Correio** fez um levantamento da quantia repassada aos municípios do Entorno em 2021 por emendas de relator, de acordo com informações prestadas por deputados federais do Goiás ao Supremo Tribunal Federal. Os dados, porém, são parciais, porque muitos parlamentares não enviaram os documentos ou repassaram informações incompletas. Os valores abaixo devem ser considerados, portanto, como o repasse mínimo aos municípios listados.

(Em R\$)



ONDE ESSES RECURSOS FORAM APLICADOS?

Saúde
9.182.088Desenvolvimento Regional (especialmente pavimentação)
6.885.498Cidadania (desenvolvimento social e esporte)
3.955.378Educação
1.600.000Agricultura
630.000

DEPUTADOS DE GOIÁS QUE DECLARARAM ENVIO DE EMENDAS RP9 AO ENTORNO

Adriano do Baldy (PP)
6.543.498Major Vitor Hugo (PL)
5.185.378Magda Moffato (PL)
4.095.901Célio Silveira (MDB)
2.272.000Francisco Júnior (PSD)
2.256.187Glaustin da Fokus (PSC)
900.000Zacharias Calil (União)
900.000Professor Alcides (PP)
100.000

RP9, a sigla da controvérsia

Questionadas no Supremo Tribunal Federal, as emendas RP9 também são motivo de controvérsia no Congresso. O senador Raulo Rodrigues (Rede-AP) busca, desde novembro, assinaturas para a instalação da CPI do Orçamento Secreto no Senado. O pedido está com 15 das 27 assinaturas necessárias para instauração da comissão.

Emendas de relator são um dispositivo consagrado no funcionamento do Congresso Nacional. A diferença é que, até 2020, o parecer preliminar da Lei Orçamentária Anual (LOA)

permitia ao Relator Geral apresentar emendas, limitadas à promoção de tipos de despesas. Com a nova autorização, o Relator da LOA 2020 pôde criar despesas em diversos órgãos a níveis nunca antes observados.

As emendas de bancada começaram a ser registradas em 2017, e destinam um percentual fixo da receita corrente líquida para o repasse de recursos. Segundo Luiz Alberto dos Santos, advogado e consultor legislativo do Senado Federal, as emendas surgiram como uma maneira de

dar um tratamento republicano à destinação das verbas públicas.

“Desde o mensalão se criticava essa história de o Congresso ter que ficar barganhando com o Executivo. Com isso surgiram essas emendas, de modo que cada parlamentar tem, em média, direito a R\$ 17 milhões. Chega-se então a um total de R\$ 11 bilhões, para garantir que todos vão poder fazer emendas para atender suas bases”, explicou.

Apesar da determinação do Supremo de haver transparência na destinação dos recursos públicos por parte dos parlamentares,

a documentação foi enviada sem padronização, com dados imprecisos ou incompletos. Segundo Marcelo Nogueira Cruvinel, assessor de Orçamento no Senado Federal e pós-graduando em Orçamento Público, a falta de “encaixe” deste quebra-cabeça é proposital.

“Criaram-se, no Congresso, categorias de parlamentares: de primeira, segunda e terceira categoria. Alguns receberam 100 milhões, outros receberam 5 e outros não receberam nada. Não houve nenhum tipo de discricionariedade”, lamentou Cruvinel.

Prefeitos cobram pacto federativo

» CRISTIANE NOBERTO

Saúde, educação, infraestrutura e reajuste do funcionalismo público são demandas recorrentes dos 5.568 municípios brasileiros. A lista dos prefeitos de Norte a Sul do país pode ser resumida em um único pedido: mais recursos e rapidez para atender à população.

Na avaliação dos gestores municipais ouvidos pelo **Correio**, o Executivo e o Legislativo federal têm dificuldade em atender ao cidadão na ponta. Em razão dessa lacuna, os prefeitos precisam fazer malabarismos financeiros.

Um dos exemplos do calvário dos municípios é o piso salarial para agentes comunitários e de saúde. A Emenda Constitucional 120/22 dispõe que os recursos para o pagamento obrigatório deverão sair do Orçamento Geral da União, e os municípios e o Distrito Federal deverão arcar com os demais direitos e obrigações trabalhistas. Prefeitos ouvidos pelo **Correio** afirmam que essa obrigação significa um rombo nas contas públicas.

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), caso os prefeitos tenham que arcar com os valores, é possível demissão em massa. Registros do DataSus mostram que há 747.756 profissionais de saúde nos municípios. Nas contas da CNM, o reajuste custaria anualmente cerca de R\$ 10,4 bilhões nas contas dos municípios. Segundo o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, além dos desligamentos, haverá efeito cascata, com a queda na cobertura de programas essenciais.

“Ocorrerá redução do quantitativo de profissionais de enfermagem nas equipes hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, de vigilância em saúde e tantos outros serviços que compõem o SUS, com grande e imensurável impacto à população”, alertou.

Na avaliação da prefeita de Benedito Novo (SC), Arrabel Murara (MDB), o reajuste do piso salarial para agentes comunitários é legítimo, mas significa descobrir a população de 11.896

pessoas em outros quesitos, como a infraestrutura. “Nosso município fica no meio de um vale. Então, quando ocorrem chuvas intensas, há muitos deslizamentos. Eu poderia construir mantas para proteger algumas casas, mas, com outras situações para alocar as verbas, não tem como. A gente também percebe que há uma grande dificuldade em receber o dinheiro quando nós precisamos de auxílio para recuperação dos nossos municípios”, observou.

Os desastres ambientais também são dramáticos em outras localidades do país, como na Bahia. Marcelo Pedreira (PP), prefeito de Mangabeira (BA), de população estimada em 20.800, relata os desafios em municípios vizinhos. “Tiveram que tirar recurso de onde não tinham. Consequentemente, se diminui investimento em saúde, em educação, em assistência social, porque notoriamente teve que destinar recurso para o enfrentamento imediato desses problemas”, disse.

Para o prefeito de Mataraca

(PB), Egberto Coutinho (PSB), a saúde é a questão de mais urgência. “A gente tira uma grande parte dos nossos recursos para investir na saúde, que é prioridade. Essa questão do piso dos enfermeiros, eu sempre acredito que os funcionário tem que ter um bom salário, mas o governo cria isso, aprova no Congresso e eles passam para nós e nós temos que arrumar dinheiro. Mas de onde? Toda, toda a situação da saúde é uma questão de urgência”, lamentou.

Para ajudar os prefeitos nesses desafios, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, reivindica uma colaboração efetiva do Executivo e do Legislativo. “Queremos não só na palavra, mas que na prática seja respeitado o pacto federativo”, disse.

O prefeito de Turvelândia (GO), Siron Queiroz (Solidariedade), disse não acreditar mais em promessas. “Eu me sinto como um cachorro, porque você tem que vir a Brasília para pedir para um e outro. O pacto federativo tinha que ser resolvido”, lamentou.

Crédito:GRAER-PMBA/DIVULGAÇÃO



Chuva em município baiano: escassez de recurso se torna dramática